

# CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE PAREDES DE COURA – UMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

por

Maria de Fátima Matos da Silva\*

**Resumo:** Este trabalho pretende não só tornar público o valioso património arqueológico do concelho de Paredes de Coura, fruto dos trabalhos de levantamento da Carta Arqueológica (que deram a conhecer inúmeros monumentos inéditos), mas também estudar a evolução da paisagem humana numa perspectiva diacrónica e sincrónica (tanto quanto possível) pela análise espacial do povoamento a nível do macro espaço, em articulação com o quadro geomorfológico, por forma a conhecer a estratégia de ocupação da bacia superior do rio Coura e a obtenção de matérias-primas.

**Palavras-chave:** Carta arqueológica. Arqueologia espacial. Matérias-primas.

## ENQUADRAMENTO

O estudo que agora apresentamos é fruto do trabalho que temos vindo a desenvolver no concelho de Paredes de Coura, do qual se destaca a elaboração da Carta Arqueológica' do Concelho e o Plano de Trabalho intitulado "Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo da Bacia Superior do rio Coura"<sup>2</sup>.

---

\* Técnica Superior do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense. Responsável pela Área de Arqueologia do Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

**Agradecimentos:** à Câmara Municipal de Paredes de Coura, por todos os apoios concedidos; ao Dr. Carlos Gouveia da Silva pela prestimosa e desinteressada ajuda; ao nosso orientador Prof. D. Pedro Aguayo de Hoyos, da Universidade de Granada e ao Dr. Luiz Oosterbeck, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

<sup>1</sup> No entanto, o estudo agora apresentado apenas versa a ocupação humana na Idade do Ferro e Romanização.

<sup>2</sup> Trata-se ainda de um capítulo da Tese de Pós-Graduação em Arqueologia, sob o título: "O Povoamento Proto-Histórico e Romano da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação".

A área em questão, a bacia superior do rio Coura, é geomorfologicamente uma zona de transição entre o interior e o litoral, a montanha e o vale, facto que, por si só, suscita interessantes estudos.

A opção pelo estudo da ocupação humana da bacia, e apenas da bacia superior de um rio com tão pouca importância no sistema hidrográfico nacional, poderia, aparentemente, parecer pouco relevante e inconclusiva para o estudo das épocas que nos propomos estudar. Contudo, se por um lado o noroeste tem características que o individualizam das demais zonas do norte de Portugal e da Galiza, por outro tem particularismos, marcas próprias, que somente com o estudo numa micro-escala se poderão compreender.

O quadro do povoamento da proto-história e da romanização do vale da bacia superior do rio Coura nunca tinha, até aqui, sido abordado e muito menos estudado.

Apesar de aparentemente seguir os cânones culturais destas épocas, terão sido a geomorfologia, o clima, a rede hidrográfica, enfim, a geografia desta região que ajudaram a moldar a sua ocupação humana, criando na unidade uma diversidade assaz interessante, de que é exemplo mais típico a singularidade da Cidade de Romarigães.

O rio Coura, de traçado sinuoso, corre em vale estreito, tendo vários afluentes. Passa em cotas compreendidas entre os 500 e os 120 metros, esta última quando sai do concelho e entra no de Vila Nova de Cerveira. Separa esta área geográfica sensivelmente pelo meio, percorrendo um talvegue sinuoso no sentido NE-SO.

Grande parte dos povoados ditos castrejos situa-se na zona leste do vale, não longe do leito do rio, ocupando montes de altitude baixa e média, não tendo sido detectada, por ora, a sua existência na parte mais alta da região.

O seu leito, apesar de pequeno, é, no entanto, muito marcante, pois é em redor da sua bacia e das dos seus afluentes que se concentram as zonas mais férteis. Os campos agricultados, de dimensões reduzidas, encontram-se no vale ou a meia encosta, sendo as zonas mais elevadas arborizadas ou incultas, ocupando grandes dimensões. Também o relevo se desenvolve a partir daí, atingindo as maiores altitudes na periferia da sua bacia hidrográfica.

Estas constatações actuais têm, por hipótese, validade para o passado, como veremos, sendo condicionadoras do povoamento desde tempos proto-históricos (e talvez anteriores) até à actualidade.

O território é representado por terrenos arcaicos, graníticos, onde abunda o porfiróide, de grão grosso, existindo ainda abundantes afloramentos xistentos. Na planura dos vales destacam-se, por vezes, pequenas colinas com altitudes que não excedem os 200 metros, formando pequenos ilhéus de rocha granítica que, regra geral, ladeiam ou se situam na proximidade do Coura. Alguns tomam a forma de esporões, de maior altitude, que propiciaram, tal como os anteriores,

a ocupação humana na Idade do Ferro. Em relação aos primeiros, temos os povoados do Crasto, Castelo e Romarigães e, aos segundos, os de Bruzendes, Bustarenga e Alto da Madorra.

Estas pequenas colinas e esporões foram ocupados por pequenos núcleos populacionais, principalmente vocacionados para a prática da agricultura e pastorícia, extensiva ao vale.

Em zonas superiores aos esporões, geralmente coincidindo com as linhas de fecho, localizam-se os povoados de maior importância, com maior altitude e com grande destaque na paisagem.

Numa zona intermédia entre os primeiros e as zonas dos grandes montes situam-se povoados, actualmente muito destruídos, que também se desenvolveram em esporões. É o caso do povoado da Bustarenga.

As zonas mais elevadas (altitudes superiores a 600 metros), onde existem vastas chãs, como em Chã de Lamas, foram ocupadas por necrópoles megalíticas, tal como se verifica em outras zonas da Serra do Gerês e da Serra Amarela.

Na área em estudo conseguimos detectar catorze povoados fortificados, nem sempre coincidentes com o catálogo de Armando Coelho (SILVA 1986, 71-72).

No inventário que elaborámos apenas consideramos como povoados aqueles sítios que se nos apresentam como certos<sup>3</sup> - como resultado de trabalhos de prospecção, dado que só iniciámos escavações em dois deles. É óbvio que não podemos apresentar uma cronologia absoluta ou conclusões tidas como verdades indubitáveis, dado que este estudo se baseia no espólio exumado em trabalhos de prospecção, constituído por materiais de superfície, com a devida excepção dos povoados de Romarigães e Cossourado.

Pretendemos fazer um estudo baseado na geomorfologia das áreas ocupadas e na topografia dos terrenos, o que nem sempre - pela existência de denso revestimento vegetal - nos pode indicar a quantidade e mesmo o local por onde circundariam as linhas de defesa, ou por onde se situavam as estruturas habitacionais.

---

<sup>3</sup> Existem casos em que ainda temos dúvidas. No entanto, achamos ser de confiança a bibliografia que se lhes refere, embora os vestígios actuais sejam praticamente nulos. Outros são enquadrados como toponímia arqueológica, embora possam de facto ter sido locais com povoamento proto-histórico. Com o decorrer dos trabalhos talvez possamos vir a concretizar essa ocupação e a descobrir outros - uma carta arqueológica nunca se esgota!

## A EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO NUMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

Após a análise dos habitats inventariados na área em questão foi possível demarcar algumas características que levaram a uma melhor compreensão do tipo de povoamento da Idade do Ferro.

O estudo da geomorfologia revelou-se muito importante, dado que, neste caso específico, a escolha do local terá sido fulcral pelo investimento de tempo e trabalho que implicava a construção de um povoado com características defensivas, para além do facto de dever localizar-se em zonas potencialmente capazes de proporcionar uma exploração económica suficiente para sustentar as necessidades de uma comunidade agro-pastoril.

Assim, a forma, dimensões e topografia do terreno são factores importantes para este estudo, dado que em relação ao tipo de sociedade que se desenvolveu, às cronologias, à própria função do povoado não temos elementos conclusivos. No entanto, pensamos que a maioria deles teria uma ocupação permanente.

A distribuição cartográfica dos povoados foi essencial para este tipo de análise. Infelizmente, por limitações de espaço da publicação, não nos foi possível apresentar todos os mapas, quadros e gráficos elaborados, pelo que optamos por alguns.

Tendo por finalidade analisar o tipo de ocupação padronizada em termos de distribuição espacial, a arqueologia serviu-se de modelos de outras ciências, adaptando-os aos fins em vista.

D. Clarke (1979, 9) define os objectivos da arqueologia espacial como o conjunto de relações e elementos das actividades humanas em todas as escalas, quer a nível dos artefactos, quer a nível da geomorfologia que ocupavam, do meio ambiente em que actuaram e da interacção entre todos estes aspectos. Destaca três escalas de estudo: o micro espaço, o semi-micro espaço e o macro espaço.

Com base nesta perspectiva, enquadrámos, por ora, o nosso estudo a nível da macro escala de relação dos sítios dispersos na paisagem.

A combinação de vários modelos, como o de Von Thunen (1966), de 1826, e o de Christaller (1966) e Chisholm (1975), bem como, mais recentemente, os de Vita Finzi e Higgs (1970; 1972) e Vita Finzi (1975; 1978), aperfeiçoados por I. Davidson e G. Bailey (1984), levaram a uma série de estudos baseados, essencialmente, na teoria do lugar central (criado por Von Thunen) e nas áreas de exploração de recursos naturais.

Estes modelos de análise das áreas de exploração, aprovisionamento e de territórios potenciais de influências são importantes para o estudo do contexto em que evoluíram as comunidades da Idade do Ferro. Contudo, apresentam

alguns problemas, dado que são estudos aplicados às categorias modernas de utilização da terra, pois não temos conhecimento da distribuição de tipos de solos nas épocas em questão. Também a distribuição edáfica não é semelhante à actual e os conhecimentos que temos são escassos.

Outro factor relaciona-se com a suposição de que a tecnologia é uma variável independente que determina a gama de produtos a explorar, o que afecta o tipo e forma da área de exploração. Contudo, a tecnologia é, até certo ponto, uma resposta à natureza e distribuição dos recursos (BUTZER 1989, 209). Para além destes, ainda se podem levantar outros problemas sistematizados por Ian Hodder e Clive Orton (1976) e Roper (1979).

Em suma, pensamos que na mente do arqueólogo deve estar sempre presente o modelo da “Caixa Negra” explicitado por D. Clarke - devemos estar conscientes de que só temos um conhecimento parcial e fragmentário da vivência destes povos (CLARKE 1984).

Com base nos grupos de povoados pré-estabelecidos, aplicámos dois tipos de modelos aos habitats classificados como pertencentes ao tipo 1 e 4.

O modelo das potenciais áreas de obtenção de matérias-primas e aprovisionamento foi calculado segundo a formula de Vita Finzi e Higgs e remodelado por I. Davidson e G. Bailey (1984, 31), devido ao facto de a geomorfologia do terreno impossibilitar a aplicação em moldes aproximados do referido modelo.

Foram calculados os territórios de 15, 30 e 60 minutos em torno dos povoados. Não elaboramos os territórios de 120 minutos, dado estarmos na presença de uma área restrita, na qual os modelos estabelecidos para os povoados de maior projecção e maior perduração na ocupação se tocam antes do fim desse período de tempo, excepto entre Cossourado e Giesteira. Além de que traria grandes problemas de percepção das linhas limítrofes e, como consequência, de compreensão.

Após a sua construção na carta militar (escala 1:25.000), tentando tirar mais proveito deste estudo, fizemos a sua sobreposição sobre a carta geológica e a carta de distribuição dos tipos de solo.

A construção dos polígonos de Thiessen baseia-se no pressuposto de que os povoados têm uma ocupação contemporânea.

Apesar de não termos cronologias absolutas, optamos por fazer este estudo de uma forma diferente do habitual. Assim, sobrepusemos os territórios teóricos para se detectar até que ponto esses territórios óptimos de aprovisionamento coincidem com os territórios potenciais de influência de cada povoado - o que parece confirmar-se.

## A DISTRIBUIÇÃO-ORGANIZAÇÃO DOS POVOADOS FORTIFICADOS

Os assentamentos foram agrupados em quatro tipos, conforme a aparente similitude de características de cada um, que ao longo do estudo se nos iam deparando. Apesar dos riscos que oferecem, estes estudos de arqueologia espacial constituem uma boa hipótese de trabalho que poderá fornecer pistas para futuros estudos baseados em escavações.

As características que levaram à distinção ou semelhança são baseadas no estudo da geomorfologia da área, nomeadamente a altitude e a forma do relevo aliadas aos indícios dos povoados. Indícios esses que reflectem o tipo de sociedade e economia que aí se desenvolveu.

Os povoados fortificados detectados nesta região, concretamente em número de catorze (além de seis muito duvidosos, que encaramos neste momento das investigações como toponímia arqueológica), apresentam características passíveis de serem agrupadas em quatro conjuntos.

Atribuímos ao tipo 1 os povoados de altitude mais elevada, acima dos 350 metros, situados nos relevos mais pronunciados e significativos da zona centro e oeste da bacia, dado que os povoados não ocorrem a leste, na zona de maior altitude.

São povoados que possuem três ordens de muralhas, embora nas vertentes mais pronunciadas possam ter só duas. Muralhas essas construídas em pedra e ainda hoje bem evidentes (Cossourado e Giesteira).

Aparentemente, têm uma cronologia bastante ampla, que oscila entre o Bronze Final e a Romanização. Esta última fase apenas não é muito evidente em Montuzelo, embora em Cristelo, Giesteira e Cossourado a romanização tenha sido por hipótese intensa.

Em termos de ocupação do espaço são também estes os povoados de maior envergadura, ocupando áreas superiores a trezentos metros.

Queríamos aqui ressaltar o caso de Cristelo que, apesar de não ter uma situação de destaque na paisagem, nem ocupar uma área tão vasta, nos parece, por ora, poder ser englobado neste grupo.

Dada a sua situação de destaque no vale, devem ter atingido grande desenvolvimento económico.

A distribuição dos povoados de tipo 1 é perfeitamente simétrica em relação a dois habitats a montante e outros dois a jusante do Coura, como que mantendo uma distância de “respeito” bastante similar.

No tipo 2 considerámos os povoados que ocupam colinas ou esporões que, apesar de destacados em relação aos de tipo 3, se apresentam camuflados na paisagem. No entanto, mantêm, como os anteriores (tipo 1), uma aparente posição

estratégica no vale. As cotas situam-se acima dos duzentos metros de altitude mas não ultrapassam em muito os trezentos e cinquenta metros.

Apresentam dois ou três amuralhados e ocupam áreas de menores dimensões, entre os cento e cinquenta e duzentos metros.

Aparentemente, não têm ocupação do Bronze Final, sendo romanizados. Infelizmente, dois dos três povoados deste tipo estão muito destruídos, pelo que não podemos saber com alguma precisão o seu grau de desenvolvimento, pelo menos por enquanto.

A sua actividade económica seria a agro-pastoril, podendo, face à proximidade do Coura, aliar-se a piscícola.

Os povoados de tipo 3 (Castelo - PVF 8, Bruzendes - PVF 10, Crasto - PVF 14 e Alto da Madorra - PVF 13) situam-se em pequenos cabeços, de baixa altitude (acima dos 180), mas não atingindo os duzentos metros, o que torna difícil a sua localização. São povoados de vale, todos eles muito próximos do Coura, que lhes passa, em regra, na base.

Possuem apenas uma cintura de muralha, não ultrapassando em muito os cem metros de comprimento. A sua romanização não é clara, dado que devem ter sido abandonados relativamente cedo, pois a proximidade do vale favoreceu a implantação de novas formas de ocupação introduzidas pelos romanos. Infelizmente, apresentam-se muito destruídos.

Por último, o povoado de tipo 4. Este habitat, a Cividade de Romarigães, dado não ter paralelos nesta área e não se assemelhar a qualquer dos outros, classificamo-lo à parte, embora seja também um povoado de vale. Contudo, apresenta uma configuração diferente, alongada, com amuralhados em dois taludes e fossos e de muito fácil localização no vale.

No actual estado de conhecimentos (apenas realizamos duas campanhas de escavações arqueológicas) podemos depreender ter sido ocupado a partir da Fase II e ter sido abandonado muito cedo, na Fase III A (?), visto a romanização não estar documentada.

## A GEOLOGIA

Os povoados, independentemente da altitude a que se situam ou do seu tipo, localizam-se maioritariamente em zonas graníticas, com predominância das manchas de granito calco-alcalino de grão grosso.

Os habitats de Lousado e Bustarenga situam-se em manchas de xistos andaluzíticos. O do Alto da Madorra em mancha de complexo xisto-migmatítico, embora com afloramentos de granito, como pudemos constatar. Existem também povoados que assentam em locais com geologia mista, onde ocorre a junção de

granito com xisto, como Romarigães (granito de grão grosso e complexo xisto-migmatítico) e Bruzendes (g. g. médio e complexo xisto-migmatítico).

Em termos estatísticos, temos uma ocorrência de quatro povoados situados em manchas de g. g. médio e seis nas de g. grosso.

Exceptuando Cristelo (g. g. grosso), todos os outros se localizam nas proximidades de manchas xistosas, em que um percurso inferior a 15 minutos bastaria para a elas ter acesso.

De facto, a acessibilidade à matéria prima mais utilizada, quer para a construção de estruturas privadas ou públicas (habitacionais, anexos, defensivas), quer para objectos de uso quotidiano e doméstico (mós, prisões de gado, estatuária, lareiras), era fácil.

Contudo, o granito de grão fino só aflora no limite sudoeste desta área, com relativa acessibilidade à Cividade de Romarigães e Bustarenga.

Evidentemente que a análise da geologia da região se baseia, na grande maioria dos casos, na análise da carta geológica elaborada a uma grande escala (1:50.000), pelo que muitos dos afloramentos de pequenas dimensões, que ocorrem intercalados com outros de grande porte, não são cartografados.

Temos o caso do Alto da Madorra, localizado numa mancha de xisto onde existem afloramentos graníticos não cartografados.

As comunidades da Idade do Ferro certamente conheciam muito bem os locais de obtenção das matérias-primas, pelo que todos os estudos de acessibilidade são pouco válidos, embora nos sirvam como hipótese de trabalho e de alguma compreensão na distribuição dos povoados.

Em relação aos locais de ocorrência de minérios, também eles não são cartografados na sua totalidade à escala referida.

## DISPERSÃO POR ALTITUDES

Nesta área os povoados oscilam entre as cotas de 200 e 600 metros de altitude, havendo uma prevalência para a ocupação de locais situados entre as cotas de 300 e 400 metros.

Os povoados de tipo 1 escolheram as áreas de relevo mais acentuado, com cotas próximas ou superiores a 400 metros de altitude (Cossourado - 376.71, Montuzelo e Cristelo - 495.5 e Giesteira - 603.0)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>No entanto, os 376 metros de altitude máxima de Cossourado tornam-se bastante mais pronunciados e evidentes na paisagem, visto situar-se a oeste do vale do Coura, na zona de menor altitude desta área. O vale ronda os 200 metros de altitude ou menos, existindo uma diferença de 170 metros de altura, enquanto que a Giesteira, com 603, tem o vale a cerca de 500 metros de altitude, sendo a diferença apenas de 100 metros.



Os povoados de tipo 2 (Bustarenga, Madorra (PVF 6) e Lousado (PVF 2)) situam-se a cotas intermédias e estão menos destacados na paisagem, aparentemente camuflados por outros relevos próximos mais acentuados. Situam-se entre os 221 e os 355 metros de altitude.

Os povoados de tipo 3 são habitats de vale, com cotas entre os 180 e 290 metros de altitude. Todos eles se situam em pequenas colinas ou esporões, sobretudo na margem sul do Coura, difíceis de detectar pelas características topográficas pouco evidentes.

O único povoado de tipo 4 é também um habitat de vale, com uma cota baixa de 228.18 metros.

## **VISIBILIDADE**

Estamos, como se tem vindo a referir, na presença de uma região com grandes variações geomorfológicas, uma vez que numa área que não excede os 15 Km (no sentido E-O e N-S, nos locais mais extensos), rondando os 14.000 hectares, existe uma grande variabilidade de cotas que naturalmente se traduzem em constantes montes e vales. A visibilidade entre os diversos povoados fortificados é reflexo destas circunstâncias.

Os habitats de tipo 1, de maior altitude e situados em montes de destaque na paisagem, têm visibilidade entre si, excepto o de Cristelo, localizado numa zona de grandes acidentes geográficos e, por isso, mais “escondido”. Apenas tem visibilidade para a Giesteira.

Além de terem visibilidade entre si, os habitats deste tipo abarcam quase todo o vale do Coura, tendo, assim, visibilidade para a maior parte dos outros de tipo 2 e 3.

Os de tipo 2 e 3 não têm visibilidade entre si, embora essa se possa verificar em casos esporádicos (Lousado - Bustarenga) e entre os dois grupos (Lousado - Alto da Madorra). Trata-se, no entanto, de uma visibilidade reduzida.

O povoado de Romarigães, de tipo 4, tem visibilidade para grande parte dos povoados situados a oeste do vale, embora na maioria dos casos de forma restrita.

## **OS TIPOS DE SOLO**

Segundo o conhecimento que actualmente possuímos sobre os tipos de solo que revestem a camada geológica desta área e que com ela estão intimamente relacionados, o solo com aptidão agrícola tem uma ocorrência reduzida, quando

comparado, por exemplo, com o solo de aptidão florestal.

Este estudo não tem grande validade para as épocas cronológicas em apreço, mas constitui também uma hipótese de trabalho, como, aliás, todos os estudos de arqueologia espacial, em que se deve ter bem presentes as incapacidades e lacunas que os mesmos apresentam.

Contudo, em face do esgotamento dos solos que parece verificar-se nesta área, na qual existem várias zonas em risco de erosão, e como as áreas de maior produtividade se localizam em locais de pequena altitude, marginais de linhas de água ou do Coura, é possível que exista alguma similitude entre esta época e a actual, até porque, como veremos, se detectam coincidências muito interessantes entre a dispersão dos vestígios e estações, nomeadamente da época romana, e as zonas de maior capacidade do solo.

Os povoados detectados e estudados até ao momento situam-se geralmente em locais com solos de aptidão florestal (8 casos), facto derivado da altitude a que se situam - zonas de maior erosão. Temos três casos de habitats localizados em manchas de solo com aptidão condicionada e outros três em solos com aptidão agrícola, naturalmente situados no vale ou em pequenos cabeços próximos deste e com boas condições de irrigação.

Evidentemente que os povoados de tipo 1 se localizam em zonas com aptidão florestal, excepto Cristelo (com solo condicionado para a prática agrícola), mas com solos vocacionados para a agricultura a menos de 15 minutos de marcha, tal como acontece com a maioria dos outros povoados.

De facto, as terras com boa capacidade produtiva ficam-lhes sempre nas proximidades, bem como o acesso à irrigação, pelo que, provavelmente, teriam possibilidade de granjear boas colheitas e de apascentar os gados com certa facilidade.

## **A OBTENÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS**

O estudo das características geomorfológicas, climáticas e edáficas (infelizmente não temos estudos sobre a fauna) da área em questão, em parceria com o estudo da distribuição espacial do povoamento humano (a nível do macro espaço), das estruturas e do espólio detectado (numa perspectiva de micro espaço), permite-nos tentar descortinar os recursos que se ofereciam a estas comunidades agrícolas e pastoris, na Idade do Ferro.

O granito existe, como vimos, com abundância em toda a região, sobretudo nas variedades de grão grosso e, com menos ocorrência, nas de grão médio. Contudo, o de grão fino, mais fácil de trabalhar e com resultados estética e utilitariamente mais produtivos na elaboração de mós, estatuária, marcos miliários,

aras e outros materiais, não existe, pelo menos de forma significativa, dentro da área da bacia superior do Coura, embora se possa extrair em zonas próximas.

Se os romanos não tiveram dificuldades na sua extracção, a artesanaria do ferro, anteriormente desenvolvida, também trouxera aos povos autóctones a tecnologia necessária à sua exploração e adaptação às formas necessárias.

A arena granítica, vulgarmente designada na região por alterite, resulta da alteração dos afloramentos rochosos e era também bastante acessível a estas comunidades. Teria sido utilizada como argamassa para ligar as pedras das estruturas e para elaboração dos pisos (Romarigães) e ainda como elemento componente das argilas para manufactura das cerâmicas.

A argila é um produto da alteração da rocha granítica (rocha ígnea) que, por vários fenómenos naturais de índole química, transforma por caulinição o feldspato, tornando-o numa matéria capaz de ser moldável (SHEPARD 1971, 6). Assim produzida pelo contacto com uma rocha ígnea, designa-se primária ou residual e contém em abundância os grãos mais estáveis dessa rocha, dando então origem a uma argila com muito quartzo e especialmente micas (*idem*, 10-11).

Este facto é importante para explicar, pelo menos em parte, a sua grande utilização na cerâmica indígena, designada de fabrico micáceo, com grãos de quartzo e mica em grandes proporções.

De facto, sendo esta argila de formação granítica, justifica-se o seu abundante uso pela maior acessibilidade desta matéria prima e, provavelmente, pelo desconhecimento dos métodos de decantação e depuração das argilas que os romanos conheciam e que depois introduziram no noroeste, tendo sido, assim, até ali usada com grande profusão.

A acessibilidade dos locais de extracção de argilas, fruto de aluviões e, por isso, certamente mais depuradas, não seria grande, não só pela maior distância do Coura em relação aos povoados (sobretudo os de tipo 1) mas porque, sendo um rio de pequeno caudal, os locais de extracção de argilas seriam poucos. Actualmente só existe um, já fora desta área, no terraço das Barrocas (S. Pedro da Torre, Valença).

Das numerosas linhas de água extraíam-se os seixos rolados (de origem granítica, quartzífera ou de quartzo) que tinham variadas finalidades: percutores, machados, bifaces, extracção de lascas, rebolos de mós manuais<sup>5</sup>. Detectámos este tipo de materiais quer na área dos povoados fortificados, quer nas áreas que marginam o Coura e onde se registam vestígios de ocupação romana bastante

---

<sup>5</sup> Na Cidade de Romarigães, na campanha de Agosto de 1993, foram encontrados inúmeros seixos de grandes proporções, com vestígios de uso, relacionados com mós de vaivém, aí detectadas.

densa (Ferreira-Sigoelos e Cristelo-Mó-Parada).

Outro elemento essencial na exploração dos recursos ligados aos rios e ribeiros é a sua fauna piscícola. Seria certamente um elemento que pesava na economia doméstica proto-histórica, fazendo parte da dieta alimentar das comunidades desta época. As espécies mais abundantes há dois séculos atrás, e mesmo hoje, eram as trutas, as bogas e os escalos.

Os recursos hídricos são ainda hoje abundantes nesta zona, quer pelo rio, ribeiros e linhas de água, quer pelos poços e nascentes, existindo algumas dentro da área dos povoados, como Cossourado ou Giesteira. Nascentes e lagoas abundam mesmo nos locais de maior altitude.

Apesar das referências dos autores clássicos e outros nossos contemporâneos à abundância de minérios no noroeste peninsular, mais uma vez se tomou o todo pela parte, dado que esta área, como outras (bacia média do Cávado - MARTINS 1990, 53), não é muito rica nesse tipo de recursos. Limita-se a algumas minas que circundam a zona SO da bacia e a algumas ocorrências em cassiterite e estanho na Serra de Bico. Existem várias minas de tungsténio acima do vértice geodésico de S. Silvestre, a norte desta área, já no concelho de Monção.

As manchas de quartzo e os filões pegmatíticos são também raros, segundo o estudo geológico da região.

As formações áureo-argentíferas são apontadas por autores do século passado (ALMEIDA 1866, 381; VIEIRA 1886 [1987], 131; LEAL 1874, 394-395) para Insalde, mas não são confirmadas ou referidas em estudos recentes.

O estanho ocorre a oeste e SO dos povoados de Lousado e Bustarenga e também no próprio local onde estes foram implantados.

É interessante verificar que os povoados se situam maioritariamente próximos desta área, a mais rica do vale do Coura. Esta confluência deve-se, parece-nos, a alguns factores essenciais: a proximidade do rio e das zonas de vale, com melhores terrenos agricultáveis; o facto de se tratar geologicamente da zona que oferece maior facilidade para obtenção de matérias primas - neste caso particular, os minerais, para o fabrico dos metais (estanho), a pedra (granito) e as argilas, para o fabrico das cerâmicas.

A extracção do granito podia-se fazer dentro dos próprios povoados, facto que se detecta facilmente nos afloramentos aí existentes. No povoado de Montuzelo verifica-se a existência de marcas de guilhos, assim como blocos fracturados com vestígios de corte intencional nos surgem em quase todos os povoados (Cristelo, Giesteira, Cossourado, Romarigães). Evidentemente que nada nos garante que sejam explorações da época em questão.

O povoado que possui menos afloramentos passíveis de uma exploração local é o de Romarigães. Mesmo na área circundante não existem pedreiras,

dado ser uma zona de vale, em parte xistento. Talvez seja um argumento que “forçou” a construção dos taludes em terra e não muralhas pétreas, mas que também pode estar relacionado com o seu hipotético abandono prematuro.

O granito para elaboração de alguns marcos miliários, das aras, da maioria das mós e de outras peças mais “delicadas”, teve de ser extraído talvez bastante longe, para sul, por hipótese, na zona da Portela Grande (pertencente ao actual concelho de Ponte de Lima).

## TERRITÓRIOS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO ECONÓMICA

A análise da distribuição espacial e dos territórios potenciais de exploração económica dos povoados de tipo 1 revelou-se bastante interessante.

Em primeiro lugar, os territórios, em qualquer dos casos, não se tocam em caminhadas inferiores ou iguais a 60 minutos, mantendo-se uma pequena faixa de território que se ultrapassaria em menos de 15 minutos, na maioria dos casos, excepto entre Cossourado e a Giesteira, dado que existe uma “barreira” entre eles, ou seja um povoado de tipo 3 (Madorra), o que apenas aqui se verifica.

Interessante é também o facto de, ao contrário do que acontece noutros locais (como o vale do Cávado - MARTINS 1990), os povoados de tipo 3 se situarem na periferia dos territórios de uma hora ou não serem incluídos nestes, só sendo abrangidos em territórios de 90 ou 120 minutos.

As distâncias médias entre cada povoado e dado que a geomorfologia da região dificultaria muito as caminhadas (ainda hoje, mesmo em transporte), mesmo para quem conhecesse bem as veredas e atalhos, rondam as três horas de percurso.

Em relação aos habitats de vale, de tipo 3, 60 a 90 minutos seriam suficientes, e para os de tipo 2, um espaço de tempo superior a duas horas.

Todos os povoados teriam acessibilidade, num percurso de 15 a 30 minutos ou menos, aos locais de abastecimento de matérias-primas minerais, hídricas e, eventualmente, a solos com aptidão agrícola, bem como ainda a madeiras, caça e pesca.

Em termos de distâncias em quilómetros e em linha recta, temos uma incidência de 4 a 5 quilómetros de percurso, embora esta distância seja excedida por alguns povoados que se situam na periferia da margem norte (Cossourado) e na da margem sul (Cristelo).

Há uma distribuição igualitária dos povoados dos vários tipos entre as duas margens do Coura.

Os de tipo 1 e 2 ocupam zonas intermédias entre o vale e a montanha e

entre o Coura e o extremo da sua bacia hidrográfica, tal como os de tipo 4.

Os de tipo 3 ocupam o vale em pequenos cabeços ou esporões, “em cima” do Coura.

## TERRITÓRIOS TEÓRICOS

A sobreposição no mesmo mapa do estudo teórico dos territórios dos povoados (os designados polígonos de Thiessen) onde se havia elaborado os estudos dos territórios potenciais de exploração económica, tornou-se bastante interessante.

Na grande maioria dos casos e tal como o estudo anterior, os polígonos apresentam os limites teóricos territoriais dos habitats excedendo os 60 minutos de percurso, sendo bastante similares, e confirmam que os territórios se tocariam ao fim de sensivelmente 90 minutos de marcha.

Aqui, os povoados de tipo 3 já se enquadram nos territórios dos de tipo 1.

O povoado de tipo 4 estaria hipoteticamente sob a influência do de Montuzelo ou do de Monte Murado, pertencente actualmente ao concelho de Ponte de Lima e já fora desta bacia hidrográfica, pelo que não o incluímos neste estudo. Numa fase mais recuada da Idade do Ferro seria, por hipótese, este povoado a ter influência sobre outros, como a Portela da Bustarenga, que teve aparentemente uma maior perduração no tempo do que Romarigães, sendo romanizado.

Fizemos ainda o cálculo entre as distâncias, no sentido de melhor perspectivar não só o território que se situa entre cada um, mas também saber em que áreas se movimentavam, quer como zona de influência, quer como de aprovisionamento e, ainda, tendo em vista melhor compreender a dispersão dos povoados estudados. Assim, temos um esquema que mostra que as distâncias desde o centro de um povoado a outro são bastante homogéneas. Vejamos: 1 a 4 = 8 Km; 1 a 6 = 3 Km; 1 a 7 = 7 Km; 1 a 12 = 5 Km; 4 a 5 = 4,25 Km; 4 a 7 = 4 Km; 5 a 7 = 5,5 Km; 5 a 12 = 4,5 Km e 6 a 7 = 3,75 Km.

## O POVOAMENTO ROMANO

Em relação às estações e vestígios romanos com interesse agrícola e pastoril (a localização dos marcos miliários, da via ou das aras não interessa a este estudo), ou seja, os habitats (*villae*, casais), dispersam-se geralmente por zonas com solo vocacionado para a prática agrícola (15 estações). De seguida, surgem-nos os que se situam em áreas com aptidão condicionada (10 estações) e outros, muitos poucos, em zonas adaptadas à exploração florestal (3 casos), mas com zonas agrícolas muito próximas ou dentro do próprio habitat, caso

conhecêssemos a sua extensão.

O estudo da dispersão deste tipo de estações pelo sistema orográfico revelou-nos que estas se localizam a uma cota mínima de 150 metros de altitude e máxima de 550. A maioria incide em cotas entre os 250 e 400 metros.

Os sítios situados abaixo destas altitudes, entre os 150 e 250 metros (6 casos), são os preferenciais para a localização dos marcos miliários conhecidos e, evidentemente, da via (Quarta via militar ou 19<sup>a</sup> do Itinerário Antonino)

Entre os 200 e 400 metros temos 17 estações cartografadas, com predominância das zonas onde aparecem os habitats de maior envergadura e onde se detectam maiores quantidades de materiais.

Entre os 400 e 600 metros existem 11 casos, e acima destes valores as ocorrências são nulas.

Em termos da dispersão dos sítios em relação à rede hidrográfica, podemos concluir que a maioria das estações e vestígios foram detectados em zonas que marginam o Coura, ou nas proximidades deste ou dos seus afluentes com maior caudal.

Assim, temos uma faixa de estações e vestígios que marginam a Ribeira dos Cavaleiros, o Coura, a Ribeira da Pantanha, o Regueiro da Corredoura e o Ribeiro de Bruzendes, sendo as zonas de maior incidência deste tipo de estações.

Temos, pois, a geomorfologia, especialmente a rede hidrográfica, o tipo de solo que lhe anda geralmente associado e, evidentemente, a zona de vale onde corre o rio ou ribeiros, como alguns dos elementos condicionadores da fixação de propriedades rústicas agrícolas.

Estas zonas abrem, portanto, áreas potenciais de investigação desta ambiência cronológica.

Apesar da importância que a via romana teria tido nesta região, não foi aparentemente motivo de atracção para a fixação dos povos, dado que os achados nesta área, como se pode aferir pelo mapa, são muito poucos, raros mesmo, excepto os marcos miliários.

Embora a via passasse por uma zona bastante fértil e irrigada, a cotas baixas, marginada por extensos vales, não parece ter sido elemento de atracção. Mais um dado que carece de uma investigação alicerçada em escavações arqueológicas para poder ser confirmado.

## **IDEIAS A RETER**

Apesar das inúmeras críticas que este tipo de estudo, designado arqueologia espacial, tem proporcionado, muitas delas fundamentadas, parece-nos ser ele extremamente útil, não só pelas pistas de investigação que abre, mas porque a

base de uma carta arqueológica, que no fundo é o tema fulcral deste trabalho, é o estudo da dispersão de estações e artefactos que, se não forem relacionados a esta escala, ou seja, com este tipo de estudos, não fornecem mais elementos do que os estatísticos ou eventualmente cronológicos. Contudo, a História do Homem não se faz de números mas de atitudes, e, nesta fase dos nossos estudos, a única hipótese que temos de conhecê-las é tentar estabelecer um quadro interpretativo baseado na articulação dos dois vectores essenciais que são a interacção Homem/Meio Ambiente.

Uma outra realidade passa pela reafirmação da validade destes estudos em termos regionais, mesmo em pequenas regiões como esta, dado que nos podem fornecer inúmeras achegas para a compreensão de um todo mais vasto que é a ocupação do Noroeste Peninsular nas épocas em estudo.

Constata-se mesmo que muitas áreas não precisam ser escavadas para que se tenha um conhecimento mínimo do povoamento aí existente, sobretudo em épocas como a Romanização, pois uma prospecção sistemática pode, por si só, resolver muitos problemas, quando se trata de épocas como a referida, das quais existe, em termos genéricos, um conhecimento bastante profundo.

Estamos conscientes das lacunas do nosso trabalho a nível do conhecimento particular, ou seja, ao nível do semi-micro espaço e do micro espaço de ocupação do vale. Contudo, já o sabíamos à partida, pelo que nunca procurámos solucionar essas premissas mas antes criar as bases para que as mesmas se possam vir a resolver num período de tempo e de investigação mais ou menos longo.

Este trabalho pretendeu estudar a evolução da paisagem humana numa perspectiva diacrónica e sincrónica (tanto quanto possível), pela análise espacial do povoamento a nível do macro espaço, em articulação com o quadro geomorfológico, por forma a conhecer a estratégia de ocupação do vale e a obtenção de matérias-primas.

Se a nível do conhecimento diacrónico temos um esquema aceitável, mesmo que provisório, a nível da evolução sincrónica os nossos resultados são praticamente nulos, pelo que temos que procurar essas respostas nas escavações que estamos já a elaborar.

Foi possível detectar vários grupos de povoados fortificados que, se em determinada etapa podem ter tido um desenvolvimento similar, noutras esse desenvolvimento quase estagnou, como, por exemplo, nos povoados de tipo 3. Por sua vez, nos de tipo 1 e talvez nos de tipo 2 existiu um maior florescimento, atingindo aparentemente uma grande complexificação social e um lugar de destaque e de supremacia na Fase III da Idade do Ferro. Esse florescimento e supremacia ter-se-ia dado sobretudo nos povoados de tipo 1, efectivando-se a sua hierarquização, talvez acompanhada por uma hierarquização das sociedades que os criaram.



Como podemos aferir, os povoados encontram-se implantados geomorfologicamente numa área com boas potencialidades económicas, factor de primordial importância, ao qual os povos “castrejos” e romanos não se alhearam. Assim, o acesso aos recursos naturais (solos para a agricultura e pastagem, recursos hídricos e minerais, nomeadamente o granito e as argilas) seria facilitado.

A prática da caça e da pesca não seria muito difícil, quer pela proximidade do rio, quer pela proximidade da montanha. Tal situação não só permitia a transumância de gados, como ainda a obtenção de recursos naturais.

Em suma, estas sociedades agro-pastoris devem ter atingido não só uma razoável quantidade de indivíduos, como uma certa prosperidade, a julgar pela quantidade de estações detectadas nesta pequena área.

Nesta fase da investigação, parece-nos que podemos afirmar que entre a Idade do Ferro e a Romanização houve uma continuidade de ocupação quer a nível dos mesmos espaços, num processo de aculturação, com a sua transformação, quer a nível da criação conjunta de novas formas de habitat, começando essa aculturação a fazer-se logo na transição do milénio, com a romanização de povoados fortificados e a criação conjunta de novas formas de habitat no vale (Lisouros, Lugar da Mó). Aparentemente, o maior florescimento romano ter-se-à registado no século IV, já no Baixo Império, quando se encontrava em franco declínio noutras zonas, como comprovam os materiais detectados (por exemplo, o tesouro monetário) e a reestruturação da via com Valentiniano I.

Um outro factor a ter em consideração e a explorar em termos futuros são as zonas de vazio arqueológico, a necessitarem de uma prospecção mais intensa, sistemática, que o confirme ou, por outro lado, que traga novos elementos e novas ilações.

Assim, dada a problemática do estudo, muitas das ilações apresentam-se como meras propostas de trabalho que, com a evolução da investigação (como referimos, trata-se da primeira fase de um projecto mais vasto), pretendemos vir a confirmar.

Podemos agora partir para uma outra fase, procurando resolver as lacunas desta e tentando descobrir as assimetrias e particularismos regionais que têm levado a conclusões erróneas e precipitadas, nas quais se tem tomado o todo pela parte, generalizando aspectos que, por vezes, só ocorrem regionalmente, ou dando a impressão de que os povoados emergiram, evoluíram e desapareceram todos paralela e simultaneamente.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Avelino. (1866). *Diccionario Abreviado de Chorographia*. 3 vols., Valença.
- BUTZER, Karl W. (1989). *Arqueologia una ecologia del hombre: Método y teoria para un enfoque contextual*. Barcelona.
- CLARKE, D.L. (1979). *Spatial Information in Archaeology*. New York, Academic Press.
- CLARKE, David L. (1984). *Arqueologia Analítica*, Barcelona.
- CHISHOLM, M. (1975). *Human Geography: Evolution or Revolution?*. Harmondsworth, Penguin.
- CHRISTALLER, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall.
- DAVIDSON, I. e G. N. Bailey. (1984). Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 2, Madrid, 25-46.
- HODDER, Ian e Clive Orton. (1991). *Análisis Espacial en Arqueología*, Barcelona.
- LEAL, Pinho (1873-1890). *Portugal Antigo e Moderno*. 8 vols., Lisboa.
- MARTINS, M. (1990). O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, Braga.
- ROPER, D. C. (1979). The method and theory of site catchment analysis: a review. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 2, 23-35.
- SHEPARD, Anna O. (1971). *Ceramics for the Archaeologists*. Carnegie Institution of Washington.
- SILVA, A. C. Ferreira. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. M.A.C.S., Paços de Ferreira.
- VITA FINZI, C. (1975). Related territories and alluvial sediments. *Paleoeconomy*, S. Higgs (ed.), London: Cambridge University Press, 225-231.
- (1978). *Archaeological sites in their setting*. Thames and Hudson, London.
- VITA FINZI, C. e E. S. Higgs. (1970). Prehistoric economies in the mount Carmel area of Palestine site catchment analyses. *PPS*, 36, 1-37.
- VÓN THUNEN, J. H. (1966). *Von Thunen's Isolated State*. Londres.

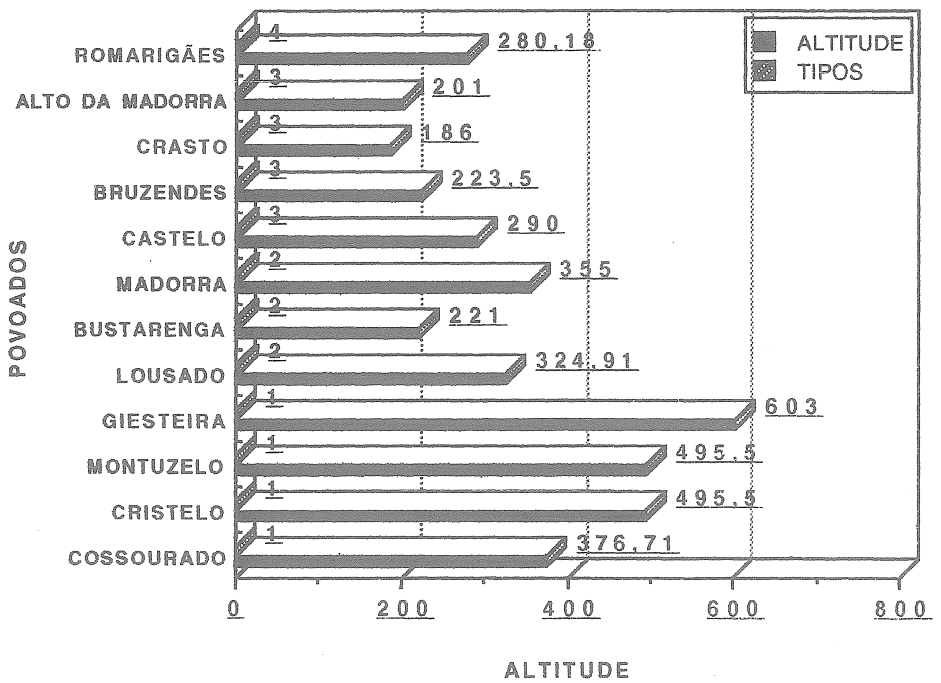
QUADRO I - TIPOLOGIA DOS POVOADOS

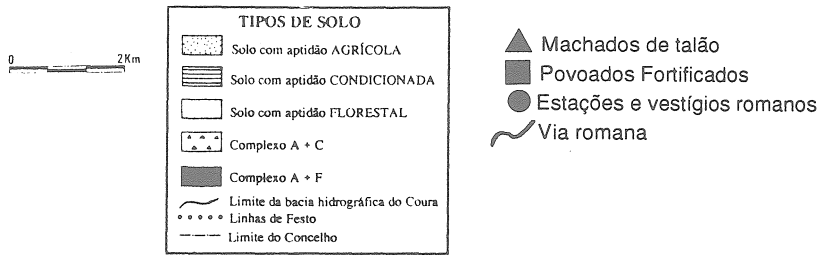
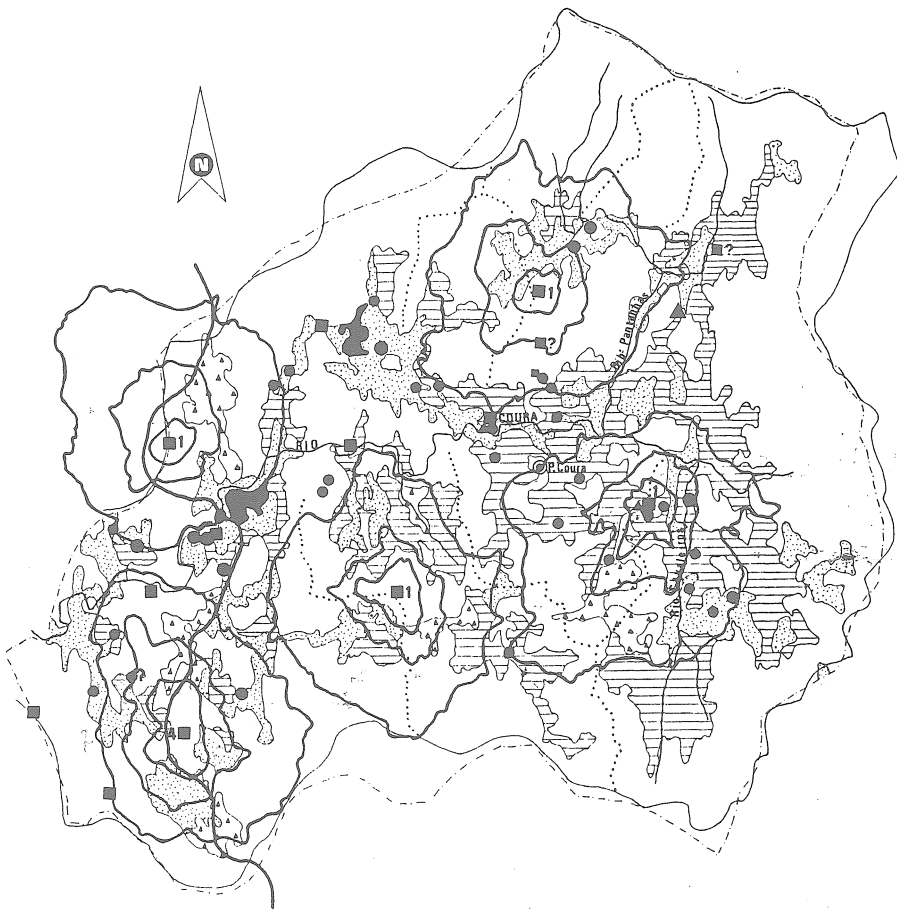
Nº	Designação	Tipo	Altitude	Muralhas	Dimensões (em metros)	Ocupação
1	Cossourado	1	376,71	3	310 (SSO-NNE) x 240	F - R
4	Cristelo	1	495,5	2/3	200 (E-O)	BF - F - R
5	Montuzelo	1	495,5	2/3 (+ fosso)	+ 300 (N-S, E-O)	BF - F
7	Giesteira	1	603,0	3 (1 talude)	+300 (NNO-SSE)	F - R
2	Lousado	2	324,91	2 (?)	200 (N-S, E-O)	F
3	Bustarenga	2	221,0	3 (talude/fosso)	150 (N-S)	F - R
6	Madorra	2	355,0	2	+200 (N-S, E-O)	F - R
8	Castelo	3	290,0	1	150 (?)	BF - F - R
10	Bruzendes	3	223,5	(?)	(?)	F - R
14	Crasto	3	201,0	1	100 (N-S, E-O)	F
13	Alto Madorra	3	186,0	1	100 (N-S, E-O)	F
12	Romarigães	4	280,18	2/3 (talude/fosso)	240 x 175	F
9(?)	Castelinho	Indeter.	476,0	(?)	(?)	F(?)
11(?)	Pena	Indeter.	564,0	(?)	(?)	F(?)

QUADRO II - Acessibilidade às fontes de abastecimento

Nº	POVOADOS	TIPO	GRANITO	XISTO	MINÉRIO	SOLO TIPO A	RIO COURA	AFLUENTES E LINHAS DE ÁGUA	VALE
1	COSSOURADO	1	0	+ 60	+ 60	- 30	- 60	- 15	+ 15
4	CRISTELO	1	0	+ 60	+ 60	- 15	- 30	- 15	- 15
5	MONTUZELO Mte. CRUZEIRO	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
7	GIESTEIRA	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	+ 15
2	LOUSADO	2	+ 60	0	- 15 Estanho	+ 60	+ 60	- 15	+ 60
3	BUSTARENGA	2	- 60	0	-15 Estanho	+ 30	+ 60	- 15	- 15
6	MADORRA	2	0	+ 60	+ 60	0	+ 60	- 15	- 15
8	CASTELO	3	0	+ 30	+ 60	- 15	- 15	- 15	- 15
10	BRUZENDES	3	0	0	+ 60	+ 60	- 30	- 15	- 15
13	ALTO DA MADORRA	3	- 15	0	+ 60	- 30	- 15	- 15	- 15
14	CRASTO	3	0	- 15	+ 60	0	- 15	- 15	- 15
12	ROMARIGAES	4	0	0	+ 60	- 15	- 60	- 15	- 15
9	CASTELINHO	(?)	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
11	PENA	(?)	0	30	+ 60	- 60	+ 60	- 15	- 15

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO TIPO / ALTITUDE





Territórios teóricos dos povoados de tipo 1 e 4

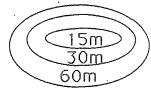
Est. IV

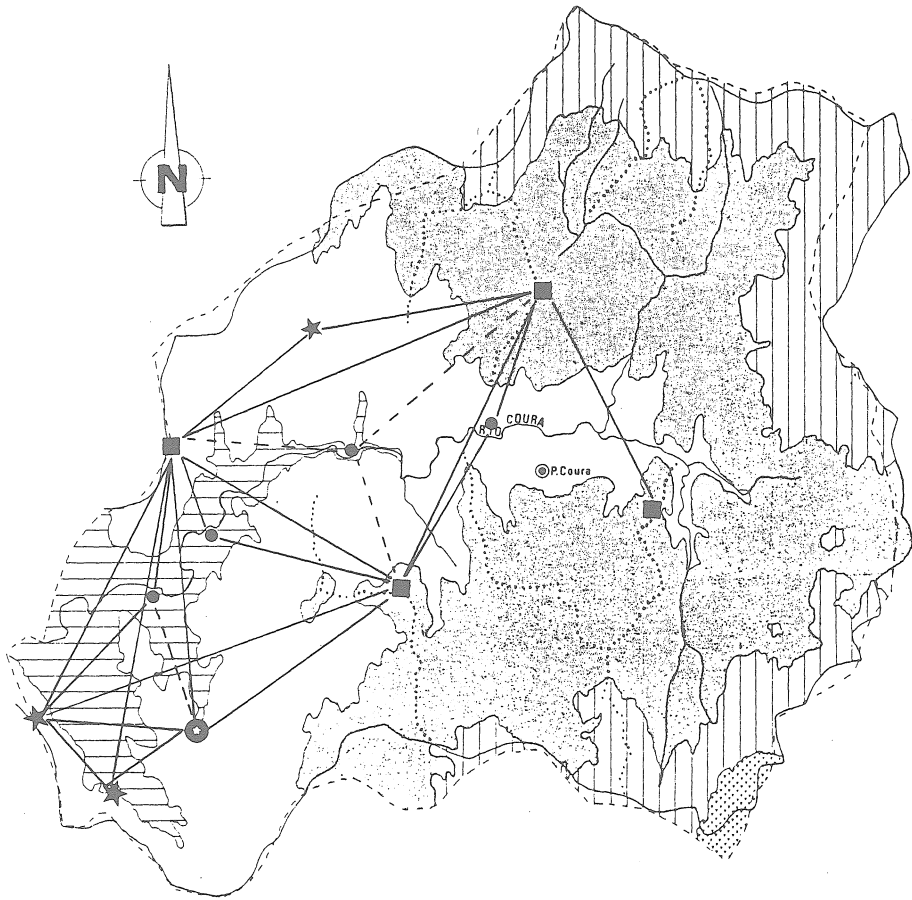


Territórios potenciais e teóricos dos povoados de tipo 1e 4

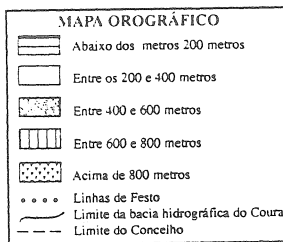
POVOADOS

- TIPO 1
- ★ TIPO 2
- TIPO 3
- ⊕ TIPO 4





0 2Km



—— VISIBILIDADE  
 - - - HIPÓTESE DE VISIBILIDADE

- TIPO 1
- TIPO 2
- TIPO 3
- TIPO 4